

TRABALHO COOPERATIVO: CONTEXTO, SENTIDO E POSSIBILIDADES

Hoyêdo Nunes Lins^()*

RESUMO

O artigo discute a questão do trabalho cooperativo, situando-o perante as mudanças econômicas contemporâneas e considerando os reflexos destas para os trabalhadores, principalmente o aumento do desemprego e o aprofundamento da precariedade do trabalho. Coloca-se em destaque uma controvérsia sobre o significado dessa forma de organização para os trabalhadores: de um lado, o entendimento de que se trata de opção efetiva em face das adversidades atuais; de outro, a visão segundo a qual, no modo como tem ocorrido em boa parte dos casos, o trabalho cooperativo é exemplo da própria precariedade do trabalho. À luz desse debate, examinam-se duas experiências na região de Florianópolis, em Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

Na aurora do século XXI, as transformações no trabalho permanecem no centro das discussões sobre a trajetória do capitalismo. Isso não surpreende, tendo em vista o pesado ônus social imposto pelo agravamento do desemprego e pela exacerbação do caráter precário das relações de trabalho, tendências marcantes nas últimas décadas. O Brasil não está à margem dessa dinâmica, como levam a reconhecer as implicações das mudanças recentes na estrutura produtiva do país, e nem se mostra refratário ao intenso debate internacional sobre o tema, conforme sugerido por uma literatura não desprezível. As transformações no trabalho e o respectivo debate são as fontes gerais de inspiração deste artigo. A pretensão, todavia, não é ambiciosa, pois visa-se somente focalizar um aspecto das mudanças no Brasil: o referente ao trabalho cooperativo. Ao que parece, esse tema cresce em importância no país, como indicado pela própria disseminação da forma cooperativa de organizar o trabalho e pela polêmica em torno do que isso representa para os trabalhadores.

O objetivo do estudo é discutir o tema do trabalho cooperativo, situando-o perante o problema mais amplo das transformações no trabalho e privilegiando a questão do seu significado para os trabalhadores frente às mudanças econômicas e institucionais observadas no Brasil. A abordagem baseia-se em pesquisa bibliográfica e em investigação empírica na forma de entrevistas em duas cooperativas da região de

Florianópolis ligadas à produção de artigos de vestuário. O artigo corresponde a um “trabalho em progresso”, pois registra alguns resultados de um projeto de pesquisa mais amplo, em andamento.

1. MUDANÇAS NO TRABALHO: AJUSTE PRODUTIVO E FLEXIBILIDADE

As últimas décadas foram marcadas pelo aprofundamento das adversidades para os trabalhadores. Um dos aspectos disso é a intensificação do que se pode chamar de tendência à exclusão, manifestada no desaparecimento de numerosos postos de trabalho e na escalada das taxas de desemprego. Trata-se de quadro com dimensões inquietantes em diferentes latitudes, até no âmbito da OCDE – em cujo seio um país como a Espanha chegou a amargar taxas de desemprego superiores a 20%, por exemplo –, o que tornou o problema um assunto obrigatório em diferentes fóruns. As adversidades também se refletiram no agravamento do caráter precário do trabalho, do que constitui sintoma a multiplicação de “trabalhadores hifenizados”, quer dizer, *trabalhadores-em-tempo-parcial*, *trabalhadores-casuais*, *trabalhadores-temporários* ou *trabalhadores-auto-empregados*. Essa parece ser a tendência em diversos países, inclusive naqueles cujas taxas de desemprego têm se mostrado comparativamente baixas, como os Estados Unidos, onde assistiu-se à criação de numerosos postos de trabalho precários, carentes de cobertura social.

A deterioração nas condições de trabalho tem sido associada às mudanças tecnológicas e organizacionais recentes. Num plano geral, alude-se aqui aos processos relacionados ao aparente esgotamento do paradigma industrial centrado no binômio taylorismo-fordismo e à busca, desde os anos 70, de formas de produzir que auxiliassem a enfrentar a crise estrutural percebida ao final da década de 60. As tentativas na “via tecnológica de saída da crise” acabaram redundando na difusão de novas tecnologias de processo e produto, estribadas na microeletrônica e geradoras de efeitos que talvez autorizem referência a uma nova revolução tecnológica ou um novo paradigma industrial. Importa assinalar que o desenvolvimento tecnológico propiciou ganhos de produtividade e contribuiu para tornar redundantes enormes contingentes de trabalhadores. Embora sejam várias, em regra, as causas do desemprego, e apesar de nem sempre os estudos apresentarem resultados irretorquíveis sobre as relações entre modernização tecnológica e redução de postos de trabalho, é difícil refutar a postulação de que o estonteante avanço na tecnologia das últimas décadas figura entre as mais importantes fontes de geração ou agravamento do desemprego. A análise de

Rifkin (1995) sobre a multiplicação dos demitidos é largamente escorada nessa percepção, que subjaz ao seu vaticínio de que, na atualidade, “a maciça substituição do homem pela máquina forçará cada nação a repensar o papel a ser desempenhado pelos seres humanos no processo social” (p. XVII-XVIII). Cabe indicar que as demissões relacionadas à modernização tecnológica estão longe de se limitar à produção industrial: atividades terciárias, como as referentes a diversos tipos de serviços, têm figurado entre as atingidas.

Questão chave é que, na indústria, as inovações tecnológicas e as associadas inovações organizacionais têm representado grande avanço na flexibilidade. Ser flexível, aliás, tornou-se palavra de ordem perante o aprofundamento da concorrência. Mas o termo em foco recobre vários tipos de problemas e pode ser empregado em diferentes níveis de análise, tanto no plano interno das empresas quanto no das relações entre estas e outros elementos dos seus espaços de localização e atividades. Bresciani (1997) assinala que no Brasil fala-se em flexibilização até para mencionar a desregulamentação em escala macroinstitucional e a reestruturação produtiva efetuada na esteira de mudanças como as que se enfeixaram na abertura comercial. Portanto, não está em jogo só a capacidade de responder agilmente às mudanças no mercado, com rapidez na mobilização de recursos e na reorientação do uso de máquinas e equipamentos: na discussão de que trata este artigo, interessam, antes de tudo, as relações de trabalho que vicejam no bojo das novas formas de organizar a produção. E nesse terreno pode-se perceber que, apesar das expectativas aparentemente otimistas sobre os efeitos do novo paradigma industrial – segundo as quais os “processos de trabalho se afastam do paradigma taylorista-fordista (...) em direção a um processo (...) em que a força de trabalho interage de forma criativa com um sistema de automação flexível” (Coutinho, 1992, p. 75) –, diferentes tipos de relações profissionais ou de organização do trabalho estão a encontrar espaço, destacando-se os que representam o aprofundamento da precariedade, por conta, entre outras coisas, da crescente subcontratação/terceirização motivada pelo interesse das empresas em reduzir custos. Observa-se, de fato, que no atual contexto as antigas contratualidades tendem à deslegitimação, e que, tendo em vista tanto as mudanças contratuais quanto a propagação do caráter temporário do trabalho, além da crescente informalização das relações, as formas de trabalho precário se multiplicam.

A deterioração das condições de trabalho é visível na América Latina durante os anos 90, na esteira de ajustes econômicos consubstanciados em políticas de

reinserção externa cuja arquitetura provém, em boa medida, de instituições internacionais. Esses ajustes expuseram os sistemas produtivos latino-americanos a níveis de concorrência até então desconhecidos e pressionaram por reestruturação em várias direções, com resultados na forma de *downsizing*, focalização/desverticalização e até desnacionalização, o que produziu reflexos no mundo do trabalho como o crescimento do desemprego e o aprofundamento do caráter precário do trabalho, agudizando ainda mais o problema da pobreza. O crescimento da subcontratação/terceirização representou considerável impulso à proliferação de formas de trabalho precário no subcontinente porque, via de regra, as práticas vinculadas são geralmente sinônimos de baixa remuneração e descumprimento de obrigações legais por parte das empresas, quando não resultam em ampliação do trabalho informal, pura e simplesmente. Tudo somado, a consequência é uma profunda fragilização do núcleo assalariado dos mercados de trabalho, da qual não é aspecto menor a pressão exercida pelos trabalhadores empregados sobre as entidades que os representam no sentido de cerrar fileiras na defesa do emprego, mesmo que sob condições claramente deterioradas. É importante salientar que os efeitos das mudanças na esfera econômica são nutridos por mecanismos que operam na órbita institucional, onde tem lugar a regulação social, plano em que, no dizer de Castro (1997), observa-se a “remontagem de um novo modelo paradigmático, ou seja, (...) a construção de novas formas e instituições (...)” (p. 3). O que se quer destacar é que, na América Latina, “o processo de enfraquecimento da base de trabalho assalariado, promovido pela reestruturação econômica, é igualmente impulsionado pela desregulamentação social, que caracteriza as novas formas de governança industrial” (Castro e Dedecca, 1998, p. 14).

O Brasil não é exceção na América Latina com respeito a essas questões. As adversidades que cercam o trabalho são recorrentes no país, porém agravaram-se desde os anos 80, quando o emprego formal foi duramente afetado pelas turbulências macroeconômicas e houve notável crescimento do trabalho quer por conta própria, quer sem contrato formalizado, simultaneamente à regressão na órbita salarial. Na década de 90, a recessão dos primeiros anos e as mudanças associadas à desregulamentação – destacando-se a abertura comercial, de repercussões amplificadas pela política de câmbio que escorou o Plano Real – fizeram as condições de trabalho piorarem ainda mais. Como salienta Singer (1999a), o brutal aumento da concorrência atingiu duramente as empresas, e estas, forçadas a comprimir custos,

demitiram massivamente e passaram a lançar mão de capacidades de trabalho externas, protagonizando subcontratação/desverticalização que agrava a tendência à maior precariedade das relações de trabalho. O resultado é a crise profunda, certamente irrevogável, da relação padrão de emprego no Brasil, um processo que, vale registrar, insere-se nas transformações do capitalismo em escala global. O fato de o desemprego ter se ampliado mesmo em período de desaceleração do crescimento da população ativa urbana sugere, com efeito, o quanto o novo contexto competitivo e as novas estruturas regulatórias reverberaram na base produtiva do país, exacerbando o quadro de retrocesso social. Não é estranha à piora nas condições dos trabalhadores a grande flexibilidade observada nas relações de trabalho, reflexo do funcionamento das próprias instituições que regulam esse mercado, criando “incentivos para contratos de trabalho de curto prazo e para que haja pouquíssimos vínculos entre empregados e empregadores no transcorrer da relação de emprego.” (Camargo, 1996, p. 12).

A disseminação do trabalho cooperativo no Brasil tem lugar no interior desse quadro francamente adverso para os trabalhadores. Tal crescimento, aliás, é um aspecto das mudanças observadas nos últimos anos. Que realidade é apontada pela expressão “trabalho cooperativo”?

2. TRABALHO COOPERATIVO: PROBLEMÁTICA E CONTROVÉRSIA

No sentido empregado neste artigo, trabalho cooperativo é o realizado por trabalhadores organizados em cooperativas. É o que corresponde à produção ou à prestação de serviços por coletivos de trabalhadores que, em vez de serem empregados, ostentam a condição de associados em empreendimentos criados por iniciativa deles próprios e dos quais são proprietários. Perius (1997) identifica diferentes cooperativas de trabalho, das de produção às formadas por profissionais liberais que prestam serviços, passando pelas de mão-de-obra, que operam só para empresas contratantes. Harper (1988) prefere uma expressão geral como “cooperativa de trabalhadores”, cuja função é servir como fonte de trabalho. Schneider (1991) argumenta que, em sentido estrito, uma cooperativa de trabalho é uma cooperativa de produção, seja rural, industrial ou artesanal, mas que no Brasil cooperativas de trabalho têm se caracterizado principalmente como prestadoras de serviços.

As cooperativas de trabalho vêm ganhando terreno no país, e os motivos básicos parecem os mesmos do seu crescimento em diferentes realidades, a saber, os

efeitos das recentes transformações na economia mundial, como salienta a International Organisation of Industrial, Artisanal and Service Producers' Co-operatives, integrante da International Co-operative Alliance. Pode-se conjecturar que são razões não muito diferentes, na essência, das que impulsionaram o surgimento das organizações cooperativas precursoras, a mais conhecida das quais é a de Rochdale, Inglaterra, criada em 1844 para mitigar as difíceis condições de trabalho e vida de contingentes operários da indústria têxtil britânica afetados pela Revolução Industrial. O fato de os princípios cooperativistas delineados pelos pioneiros de Rochdale terem validade até hoje faz a importância daquela experiência transcender o fato da sua criação e do seu funcionamento. Deve-se assinalar que essa cooperativa vingou em terreno semeado pelas idéias de Robert Owen, um socialista “utópico” descrito por Engels (1974) como indivíduo “de uma simplicidade de caráter infantil que ia até o sublime e, ao mesmo tempo, [como um] condutor nato de homens, como não existem muitos” (p. 39). Cabe indicar também que, embora a experiência de Rochdale tenha valor quase paradigmático, foi na Europa continental que o trabalho cooperativo adquiriu força e se disseminou: abordando o tema da aristocracia operária, Hobsbawm (1988) afirma que “as cooperativas de produtores, que eram a forma mais concreta de demonstrar que o capitalista era desnecessário ao processo de produção, vicejaram muito melhor no continente do que na Grã-Bretanha” (p. 310), e que, enquanto “a cooperação de produtores (...) permaneceu por muito tempo como o núcleo do socialismo francês (...) [, na Grã-Bretanha] o socialismo cooperativista sempre foi um fenômeno periférico” (p. 359). Na atualidade, dentre as cooperativas mais referidas internacionalmente figuram as de países como Espanha e Itália: pela ordem, a Mondragón Corporación Cooperativa (no País Basco, criada no início da década de 1940) e a Cooperativa Ceramica D’Imola, instalada em 1874.

No Brasil, o debate sobre as cooperativas de trabalho parece abrigar pelo menos dois tipos de posições: a que considera tal forma de organização uma possibilidade concreta de enfrentamento da crise do trabalho e a que entende serem as cooperativas de trabalho, no modo como boa parte delas têm funcionado, exemplos de deterioração das condições de trabalho.

2.1 – Trabalho cooperativo como opção frente às mudanças no mundo do trabalho

Em face das adversidades resultantes das mudanças econômicas recentes, a proliferação de cooperativas de trabalho no Brasil foi saudada em alguns meios como

tendência portadora de novas perspectivas para diversos contingentes de trabalhadores. Essas cooperativas evoluíram de uma condição em que as correspondentes iniciativas eram escassas e amargavam marginalização, para a de segmento de maior dinamismo no universo cooperativista brasileiro, sendo atualmente vistas como um tipo inovador de solução para a crise do emprego. Trata-se de forma de organização claramente impulsionada pela crise atual: o surgimento e a expansão do trabalho cooperativo nos anos 90 representam “tentativa de resposta às mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, acompanhada da crescente automação e informatização nos processos produtivos, gerando a crise de desemprego. Tais cooperativas constituem igualmente uma oportunidade de renda para os muitos excluídos da sociedade” (Schneider e Vicente, 1996, p. 40). Dessa maneira, seu crescimento pode ser interpretado como decorrente de “ação ofensiva que gera um espaço de defesa, ajuda mútua e solidariedade entre os setores mais frágeis” (Tesch, 1995, p. 7). Nesses enfoques, reconhece-se que o trabalho cooperativo não esgota o horizonte de possíveis soluções para os problemas do mercado de trabalho, porém destaca-se que o seu aumento resulta em criação de postos de trabalho com menores custos, com a grande vantagem de contribuir para a difusão do sentido de solidariedade tido como necessário perante a dinâmica excludente da globalização.

Nos anos 90, as cooperativas de trabalho surgiram e se expandiram paralelamente ao engajamento de vários grupos de trabalhadores na autogestão ou na co-gestão de empresas mergulhadas em dificuldades por conta das mudanças na economia. Fazendo referência ao que chama de “novo experimento social” no Brasil, Singer (1997) cita exemplos como os da Cobertores Parahyba, em São José dos Campos, da Facit, em Juiz de Fora, da Coopervest, de Aracaju, e da CBCA, na região carbonífera de Criciúma, casos em que “os operários, sem experiência administrativa e sem conhecimentos especializados, tiveram êxito onde o capital privado fracassara” (p. 2-2). Entretanto, a recuperação de empresas em situação falimentar é só um dos terrenos onde prolifera o trabalho cooperativo, como sublinha Tesch (1995). Esse tipo de organização tem se enraizado especialmente no âmbito do movimento popular, pelas incrustadas possibilidades de inserção econômica para grupos sociais em piores condições. Ilustração de iniciativa nesse plano é a Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos (COOTRAM), no Rio de Janeiro, que frutificou numa região de enormes carências escorada em mobilização comunitária

envolvendo a Fiocruz (do Ministério da Saúde) e outras instituições, com resultados animadores em áreas como prestação de serviços e produção de tijolos e artigos de vestuário. Note-se que na esfera dos movimentos populares o trabalho cooperativo aparece vinculado à idéia de “economia solidária”, que alude a sistema onde, por exemplo, empresários de pequeno porte atuam de forma solidária em meio a políticas específicas de combate ao desemprego e a condições favoráveis envolvendo crédito, assistência tecnológica e acesso a informações relevantes. Cabe assinalar que os esforços permeados de sentido de solidariedade e de busca de melhores possibilidades em prol dos deserdados das transformações econômicas são observados em diferentes realidades: Pedrini (2000) menciona iniciativas em Blumenau (destacado pólo têxtil catarinense, com prestígio em escala nacional e internacional) impregnadas do espírito de “economia solidária”, na forma de cooperativas ou associações vinculadas a diferentes setores de atividades.

Resulta da análise dessas contribuições ao debate sobre alternativas para os trabalhadores a conclusão de que o trabalho cooperativo fincou raízes como opção a ser privilegiada no Brasil e em outros países onde se combinam, de um lado, grandes carências sociais e marginalização e, de outro, grandes impactos das transformações econômicas contemporâneas. A via cooperativa é sedutora pelo que representa como potencial de independência dos trabalhadores frente ao assalariamento e aos patrões e ainda pelo fato de os rendimentos obtidos serem proporcionais ao que cada associado contribui para o empreendimento coletivo. Assim, mesmo diante das evidências sobre as dificuldades e desafios que pontuam a vivência cooperativa, é difícil recusar a idéia de que constitui fonte clara de benefícios uma instituição cuja “finalidade primordial [é] gerar meios de trabalho, melhorar a remuneração e as condições de trabalho pessoal de seus associados, dispensando a intervenção de um patrão ou mesmo empresário (...)” (Tesch, 1995, p. 13).

Entretanto, a proliferação do trabalho cooperativo insere-se em dinâmica que, para alguns autores, não representa somente uma reação à crise do emprego e uma opção diante das adversidades derivadas. Arruda (1997) o associa a uma práxis no interior da qual “a idéia do desenvolvimento próprio das comunidades e sociedades humanas (...) pode ser levada à prática no interior mesmo do processo atual de globalização” (p. 9), assim como a uma conduta em que se “inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes” (ibid.), e em que “o associativismo e o cooperativismo autogestionários,

transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da socioeconomia na nova era que se anuncia” (ibid.). Apesar dos enormes problemas, entre os quais uma admitida fragilidade da cultura de cooperação no Brasil, as cooperativas são vistas, por esse ângulo, como parte da construção de uma “cidadania ativa” que pode lubrificar a emergência de uma “globalização cooperativa” no seio de um processo sinérgico marcado pelo “enlace solidário em todos os campos” (ibid.).

Singer (1999 a, b) não deixa por menos e, numa abordagem inspirada no reconhecimento de que “é preciso repensar a utopia socialista”, assinala que as cooperativas constituem implantes socialistas nas fissuras do capitalismo.

“A cooperativa operária realiza em alto grau todas as condições para a desalienação do trabalho e, portanto, para a realização do socialismo no plano da produção. Ela é gerida pelos trabalhadores, as relações são democráticas, ela traduz na prática o lema: ‘de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades’” (Singer, 1999b, p. 128).

Por essa ótica, entende-se que o crescimento das cooperativas acena com possibilidades de evolução rumo a um “modo de produção que tem o trabalho e o consumo – e não o lucro – por prioridade” (Singer, 1997, p. 2-2) porque esse tipo de organização, se realmente disseminado, é considerado capaz de ajudar os estratos mais necessitados da população a virem a exercer controle sobre a produção social e a vida política. Essa idéia é formulada por Singer (1996b) em artigo onde o autor acentua que, no período contemporâneo, é o controle – muito mais do que a propriedade – de uma minoria que aduba o capitalismo, e que, dessa forma, é sobretudo a capacidade de controle que a população deve perseguir.

2.2 – Cooperativas de trabalho: ilustração da crescente precariedade do trabalho

A observação de diferentes experiências de trabalho cooperativo na produção industrial tem estimulado alguns observadores a considerar que a eclosão dessas cooperativas é, ela própria, aspecto da crescente precariedade das relações de trabalho no país. Baseado no que testemunhou em setores como os de confecções e calçados em estados nordestinos, e salientando que a multiplicação das cooperativas reflete determinação legal de que não há vínculos de emprego entre estas e seus associados ou entre estes e as empresas que recorrem a tal fonte de trabalho, Lima (1998) não hesita em salientar que:

“Para os trabalhadores, (...) a cooperativa – da forma como está sendo experimentada – representa precarização (sic) de suas condições de trabalho

pela flexibilização ‘de fato’ das relações de trabalho que acarreta. Pode-se falar de retrocesso frente ao trabalho assalariado e às conquistas dos trabalhadores, que bem ou mal garantem direitos mínimos” (p. 227).

A realidade que inspira essa avaliação permite notar tendência de substituição do trabalho assalariado pelo autônomo, disponibilizado através de cooperativas criadas para beneficiar, muitas vezes, empresas desejosas de reduzir custos fixos e ampliar a flexibilidade no uso da mão-de-obra. Essa troca caracteriza a construção civil e atividades agrícolas (colheita de laranja, por exemplo) em estados do Sudeste e, principalmente, faz-se notar em atividades industriais de estados do Nordeste como Ceará, Paraíba e Pernambuco, onde até se escora em iniciativas públicas interessadas em vitalizar economias locais por meio da atração de empresas. Em todos os casos, está-se falando do surgimento de postos de trabalho carentes de benefícios como férias remuneradas e licenças, entre outros. Portanto, nesse tipo de visão, tais cooperativas serviriam muito mais como opções para as empresas, por facilitarem a redução nos custos e o avanço na flexibilidade, do que como alternativa para operários confrontados com adversidades nas relações de trabalho.

A referida opção para as empresas há de ser considerada em relação ao aprofundamento da terceirização/subcontratação, uma tendência que marca o cenário industrial em diferentes países na atualidade. De fato, a transferência de etapas ou de todo o processo de produção das empresas para capacidades produtivas externas tornou-se um aspecto maior da organização industrial, reflexo necessário de condutas que envolvem a definição, geralmente estratégica, de *core competences* e *core products*. Dessa forma, o aprofundamento da terceirização/subcontratação remete a um aspecto organizacional basilar da reestruturação produtiva, no plano internacional e no Brasil, onde é observado inclusive em empresas multinacionais, como a Benetton, e envolve até a utilização de trabalhadores em domicílio, fortalecendo prática há muito observada em setores como o vestuarista. Ora, a produção terceirizada/subcontratada ocorre muitas vezes em meio a condições extremamente precárias, implicando sub-remuneração, ausência de relações formais e de benefícios sociais, pressões de diferentes tipos e vínculos mais tensos do que cooperativos, marcados por desconfiança e oportunismo. Esses aspectos espelham a motivação principal das empresas para a externalização de suas atividades, qual seja, a redução de custos fixos, vinculados a salários e encargos sociais, e a transferência do ônus referente às oscilações do mercado para terceiros. Sua presença não deixa de

apresentar relação com o grande aumento das demissões, resultado da própria reestruturação, vetor de uma crescente oferta de trabalho.

É nesse contexto que proliferam as cooperativas de trabalho, as quais geralmente servem de canais de subcontratação/terceirização que significam vantagens para as empresas até de natureza logística. Como no Brasil diversas cooperativas desse tipo foram criadas sob o impulso e o incentivo das empresas subcontratantes, a gestão das primeiras é não raramente efetuada, na prática, pelas segundas, que protagonizam o controle e a fiscalização do funcionamento. Isso ocorre tanto em áreas de industrialização mais antiga, como alguns núcleos calçadistas do Centro-Sul do Brasil, quanto em localidades nordestinas recentemente beneficiadas pela reestruturação espacial de diferentes empresas, onde observam-se casos em que “o trabalho dos cooperativados só difere daquele dos trabalhadores assalariados no que tange à ausência dos direitos formais (...)” (Lima, 1998, p. 213) e para os quais o acúmulo de denúncias sobre as dramáticas condições de trabalho estimularam a cunhagem do termo “cooperfraude” (op cit., p. 222). Desse modo, mesmo os otimistas sobre as possibilidades das cooperativas advertem contra as *pseudocooperativas*, “em que um grupo de trabalhadores, arregimentados por um agente do empregador, é formalmente organizado enquanto cooperativa, vendendo os seus serviços como se fossem contratados, perdendo os direitos trabalhistas normais” (Singer, 1999a, p. 41). O que está em relevo, nesse e em outros enfoques que compartilham a opinião de que é preciso denunciar o caráter fraudulento de várias experiências, é o princípio chave de que a cooperativa só pode emergir por iniciativa espontânea dos próprios trabalhadores e ser conduzida por estes. Ou seja, a independência e a autogestão são fatores essenciais do contraste entre cooperativas genuínas e espúrias e, vale assinalar, representam elemento decisivo na análise dos pedidos de registro das cooperativas de trabalho, como se observa em São Paulo.

Se o acompanhamento de numerosas experiências fortalece o ceticismo sobre o papel das cooperativas como alternativa para trabalhadores às voltas com a deterioração das condições de trabalho, mais difícil ainda, para alguns observadores, é aceitar que a disseminação desse cooperativismo significa avanço rumo a um novo modo de produção e de organização da sociedade, florescente nos interstícios do capitalismo. Crítica severa a tal entendimento é formulada por Vainer (2000), em texto onde rechaça a expressão “economia solidária” sob a alegação de que os termos que a formam se “rejeitam”.

“A expressão economia solidária, estritamente ideológica, difunde a crença na possibilidade de a solidariedade se desenvolver de forma ampla sob a égide do capital; já os termos cooperativa e cooperativismo, (...) menos ambiciosos e abrangentes, evocam uma forma específica de organização da produção e/ou da propriedade que, em algumas circunstâncias, e por períodos determinados, pode ser, e tem sido, experimentada com ganhos materiais e simbólicos, por grupos de produtores diretos – mesmo sob o capitalismo. Uma coisa é uma organização cooperativa, outra coisa é um projeto ideológico que promete instalar um território liberado do capital dentro do capitalismo.
(...)”

Quando assumidas por pessoas bem intencionadas, a idéia de gerar alternativas locais ao capitalismo global, ou de organizar em âmbito local cooperativas que dariam origem a uma ideal economia solidária, não passa de ingenuidade.
(...)”

O cooperativismo não é alternativa e pode ser, simplesmente, estratégia de controle [político de populações desesperadas]. Pode também, entretanto, em certas circunstâncias, oferecer a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade, daquilo que poderia ser um outro mundo”
(p. 10).

* * *

Na seqüência, os termos desse debate sobre o significado e as possibilidades das cooperativas de trabalho inspirarão abordagem sobre duas experiências cooperativas na região de Florianópolis.

3. DOIS ESTUDOS DE CASO: CAPCOOPER E COOPVEST

Esta seção baseia-se em entrevistas em duas cooperativas de trabalho localizadas na região de Florianópolis. Trata-se da Cooperativa de Serviços e Confecções (CAPCOOPER), instalada no município de Palhoça, e da Cooperativa de Costura Industrial e Artesanal Ltda. (COOPVEST), situada no município de Florianópolis. A primeira fabrica bonés, chapéus e bermudas, e aparece na mais recente publicação da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina como integrada por 29 associados. A segunda atua na área de confecções em geral e faz consertos de artigos de vestuário, reunindo, conforme a mesma publicação, 22 associados. As entrevistas foram realizadas em novembro de 2000 com os presidentes e membros das diretorias.

3.1 – CAPCOOPER

A CAPCOOPER surgiu em janeiro de 1999 por iniciativa dos empregados de uma empresa em situação falimentar. Sem alternativas, na maioria, e sem interferências externas, os ex-funcionários tentaram assegurar a única fonte de

trabalho e renda de que dispunham, não sem problemas de recursos e de manutenção da coesão do grupo. O primeiro obstáculo exigiu o uso de crédito pessoal e o engajamento do que fora auferido no desligamento da empresa (dinheiro e maquinário), providências que permitiram a compra de oito máquinas (para costura e corte, entre outras), o aluguel do galpão onde encontram-se as instalações e a promoção de treinamento dos associados. Estes fazem costura, corte e bordado, principalmente, e seu número cresceu, não obstante a saída de alguns devido ao que foi classificado como “inadaptação” à estrutura.

Por não possuir marca, a cooperativa produz só para empresas que terceirizam as suas atividades. As encomendas são sazonais, caracterizadas por preços e prazos definidos pelos clientes e encaminhadas através de vínculos informais (sem contratos de qualquer espécie), sustentados pela ação de representantes das empresas, que se encarregam do que é necessário para lubrificar os fluxos. O presidente frisou que, apesar do caráter sazonal, as relações com as empresas têm se mantido estáveis ao longo do tempo. Indicou-se também que os clientes não fazem “pressão” sobre questões envolvendo qualidade e prazo, o que refletiria o desempenho dos controladores de qualidade da cooperativa e o monitoramento da produtividade, efetuado mediante cronometragem. Isso foi assinalado para deixar claro que as empresas não interferem nas atividades da CAPCOOPER e que as relações desta com os clientes são boas. Desse modo, a definição dos turnos (em número de três) e do tempo de trabalho foi objeto de deliberação em assembléia, assim como a organização em “células”, com grupos especializados em modelagem, corte, costura, bordado e acabamento, sendo a distribuição dos associados determinada também nesse âmbito, respeitadas a experiência e a capacidade técnica individual. Vale indicar que os associados normalmente desempenham os mesmos tipos de tarefas, mas a substituição, quando necessária, ocorre sem problemas.

Segundo o presidente, trabalhar na cooperativa significa maior nível de renda para os associados, comparativamente à situação anterior. O rendimento médio mensal passara de R\$ 270,00 para R\$ 440,00, superando o piso salarial estipulado pelo correspondente sindicato de trabalhadores. Todavia, não há regularidade nos montantes recebidos a cada mês, pois o alcance das metas de produção (dependentes das encomendas) configura fator determinante, além do número de horas trabalhadas pelos associados. Ainda assim, indicou-se que a maioria destes prefere trabalhar de forma cooperativa, o que não se deve apenas ao maior rendimento médio, mas

também ao fato de que agora os trabalhadores são donos do negócio: falou-se que a situação do trabalho é melhor do que antes, pois não só a gestão é mais eficiente, como os operários sentem-se independentes. Além disso, constituem atrativos as iniciativas de proporcionar treinamento, fazer o recolhimento ao INSS, fornecer vales e auxiliar nos tratamentos de saúde. De todo modo, não se escamoteou que alguns associados prefeririam a condição de empregado. O motivo básico é a perspectiva de regularidade no recebimento mensal, já que no terreno das exigências e da intensidade do trabalho as condições da cooperativa são semelhantes às das empresas, conforme sublinhado.

3.2 – COOPVEST

A COOPVEST foi constituída em dezembro de 1998 como desdobramento de um projeto de profissionalização popular implementado desde o início dos anos 90 pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, em associação com outras instituições. As mulheres que freqüentavam os cursos de costura tinham grandes problemas para se inserir no mercado de trabalho, dado o baixíssimo nível educacional e a quase inexistente formação profissional da maioria, e isso fez a coordenação do projeto buscar alternativas para as egressas através do trabalho coletivo realizado em uma estrutura cooperativa. As dificuldades financeiras da COOPVEST foram e continuam sendo muito grandes, apesar do auxílio da Prefeitura em vários aspectos: no aluguel do *box* que serve de espaço de comercialização no *Camelódromo* situado no centro de Florianópolis; no apoio em estilismo e modelagem, pela disponibilização de uma funcionária que cursa o Bacharelado em Moda da Universidade do Estado de Santa Catarina; e na produção, com o empréstimo de 16 máquinas de costura e a cessão de parte das instalações do Centro Social da Colônia, localizado em um bairro da cidade.

As atividades envolvem a produção de diferentes tipos de artigos para vestuário, todos para venda direta no mercado, no mencionado *Camelódromo*, sendo que as associadas efetuam a totalidade das tarefas correspondentes, da modelagem ao acabamento, que se cristalizam em produtos geralmente simples. Para complementar os negócios, fazem também reparos em roupas, tipo de iniciativa cuja receita é dividida meio a meio entre a costureira implicada e a cooperativa. Quem consegue vender recebe 10% do valor da peça negociada, e a permanência no *box* da cooperativa é recompensada por hora. É importante dizer que a COOPVEST tentou

participar das relações de terceirização/subcontratação estruturadas pela Hering em diversas regiões de Santa Catarina, porém foi rejeitada devido à defasagem do seu maquinário e ao precário conhecimento técnico das associadas, na avaliação da empresa. Porém, logrou fabricar, embora de forma episódica, bandeiras para a Universidade Federal de Santa Catarina e uniformes para lixeiros encomendados pela Prefeitura de Florianópolis. Na organização interna do trabalho, a regra é aproveitar a experiência individual, mesmo que o rodízio nas várias tarefas não seja raro. Há associadas que preferem trabalhar em casa, mas indicou-se que isso geralmente acarreta perda de qualidade, talvez pelo fato de que muitas costureiras combinam o trabalho para a cooperativa com outras atividades, visando ao aumento da renda. Seja como for, ficou claro que o comparecimento nas instalações da COOPVEST é irregular, assim como o tempo de trabalho dispensado à estrutura cooperativa.

Se o comparecimento das costureiras é irregular, o recebimento é não menos envolto em incerteza, já que o parâmetro é o volume produzido individualmente. Logo, é difícil afirmar que a participação na cooperativa representa, de fato, um benefício. É verdade que a COOPVEST faz o recolhimento ao INSS para associadas (como autônomas) e que, sem a cooperativa, as egressas dos cursos promovidos pela Prefeitura de Florianópolis e outras costureiras provavelmente estariam em piores condições. Mas não carece de significado que, de acordo com a presidente, todas as associadas preferissem estar trabalhando como assalariadas, pela expectativa de um maior nível de renda e de estabilidade no recebimento. Falou-se, aliás, que a maioria das que abandonaram o trabalho na cooperativa trocou-o por um vínculo envolvendo remuneração salarial. A precariedade da estrutura e os pobres resultados talvez ajudem a explicar o fraco engajamento das costureiras na estrutura criada: a diretoria é eleita em assembléia, mas a maior parte não se interessa e nem participa, evitando qualquer responsabilidade. Isso foi evocado por uma diretora entrevistada que se disse “decepcionada com a cooperativa”, embora declarasse acreditar que, frente às condições atuais do mercado de trabalho, não parece haver futuro para os trabalhadores além do cooperativismo.

3.3 – Trabalho cooperativo: que significado para os trabalhadores?

Conforme assinalado, no debate sobre trabalho cooperativo aparecem pelo menos duas óticas contrapostas: a que o considera uma real alternativa perante as agruras derivadas das mudanças econômicas recentes e a que enxerga no seu

funcionamento um exemplo da crescente precariedade das relações de trabalho. A observação das duas experiências na região de Florianópolis, por restrita que seja, sugere cautela nas afirmações, em uma ou outra direção.

A CAPCOOPER parece uma opção efetiva, proporcionando manutenção do trabalho e até aumento do rendimento médio, com benefícios que, de uma forma ou de outra, talvez compensem a ausência das vantagens que acompanham os vínculos salariais. Além disso, a estrutura criada resultou de decisão dos trabalhadores, o que remete a um importante e sempre assinalado elemento do cooperativismo. Entretanto, a pesquisa deixou dúvidas sobre a real independência dos trabalhadores na condução da cooperativa, e isso não tem a ver só com o fato de que o ritmo da produção e o fluxo de rendimentos seguem a cadência das encomendas. Chamou a atenção que a máquina de bordar de que se vale a CAPCOOPER (uma máquina importada, sofisticada) seja de propriedade do presidente, que franqueia o uso à cooperativa mediante pagamento. O presidente prestava serviços à empresa que falira e dera origem à cooperativa; diante da inadimplência da primeira, reivindicou espaço de atuação nas suas próprias dependências, de onde nunca mais saiu, tendo participado ativamente da criação da cooperativa. Ora, é difícil não acreditar que, nessas circunstâncias, e haja vista a sua experiência anterior como empresário, o presidente exerça influência decisiva nos rumos da cooperativa, em prejuízo da autogestão dos trabalhadores. Cabe registrar ainda que estes, antes sindicalizados, romperam os vínculos com o sindicato da categoria desde que a cooperativa foi criada. A possibilidade de defesa dos seus interesses é agora assimilada à existência da assembléia dos associados.

Enquanto a CAPCOOPER herdou uma estrutura empresarial (para o bem e para o mal), a COOPVEST instalou-se em meio à precariedade de condições outorgada pelas irrevogáveis restrições financeiras e pela falta de preparo das costureiras participantes. A decisão de criar a cooperativa não foi espontânea, tendo surgido no interior de um projeto, e a condução reflete, desde o início, preocupante ausência de familiaridade com o próprio sentido de trabalho cooperativo: indagada sobre como vislumbrava o possível equacionamento do problema referente à irregularidade do trabalho prestado pelas associadas, a presidente exclamou que a dificuldade é enorme, pois “falta patrão para cobrar”. A escassa percepção sobre o significado do associativismo no trabalho – quer da presidente e da diretoria, quer das outras participantes – é, no entanto, compensada pela clareza de que a COOPVEST

necessita urgentemente apoio externo. A falta de relacionamento com instituições como a Universidade foi deplorada como uma grande deficiência, tanto que a entrevista terminou sob um pedido de ajuda na forma de “esclarecimentos e cursos” ou de qualquer coisa que possa contribuir para atenuar a situação de aperto vivenciada.

Em suma, essa incursão em duas experiências na região de Florianópolis sugere que o trabalho cooperativo não representa sempre opção efetiva para os operários ou agravamento do caráter precário das relações de trabalho. Há casos heterogêneos, alguns se afigurando avanços importantes – ainda que só em algumas direções, com deficiências em diversos aspectos – e outros que merecem ser principalmente lamentados. De uma forma geral, contudo, pode-se dizer que o trabalho cooperativo acena com certas possibilidades para os trabalhadores, desde que as circunstâncias sejam favoráveis e, acima de tudo, desde que se lhe promova, sustente e estimule. O terreno que se trata de explorar, portanto, é o da política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como nas experiências precursoras, registradas na Europa da Revolução Industrial, o trabalho cooperativo ganha espaço no Brasil na esteira de transformações de vulto nas condições gerais de trabalho. Sua disseminação é, ela própria, um aspecto dessas mudanças, refletidas no enfraquecimento da base de trabalho assalariado e em efeitos nas formas contratuais e instituições associadas. Entendido como reação às condições do mercado de trabalho na atualidade, o trabalho cooperativo pode ser considerado uma alternativa às adversidades ou uma ilustração do caráter crescentemente precário das novas relações, como indicam duas posições polares no debate sobre o assunto no país. A reflexão desenvolvida neste trabalho sugere, todavia, que não há qualquer característica intrínseca ao trabalho cooperativo que justifique encampar um ou outro ponto de vista: a qualidade de opção efetiva para os trabalhadores ou o rótulo de vetor de deterioração das condições de trabalho só podem ser observados ao nível de experiências concretas, que podem evocar um lado ou o outro e até combinar traços de ambos. De todo modo, não há como exigir do trabalho cooperativo algo que ele não pode proporcionar: é até aceitável que se queira relacionar as correspondentes experiências ao surgimento de “implantes socialistas” nos interstícios do capitalismo, mas é difícil admitir que as cooperativas de trabalho representam, em si mesmas, a pavimentação de caminho rumo a um novo tipo de

sociedade.

O avanço do trabalho cooperativo é um importante ingrediente do atual cenário no mundo do trabalho. Apoiá-lo decisivamente, combatendo as formas espúrias, é tarefa para a esfera institucional. Entre as iniciativas a serem protagonizadas há de figurar a promoção de interações envolvendo as cooperativas. Isso foi sugerido nos estudos de caso apresentados. Mesmo na CAPCOOPER, herdeira de estrutura empresarial, ouviu-se que a participação em uma rede institucional mais ampla certamente possibilitaria melhor acesso às informações importantes e contribuiria para o equacionamento de problemas na produção e na organização. O trabalho cooperativo não é panacéia, mas o fato de acenar com algumas possibilidades para os trabalhadores certamente representa justificativa para ações conseqüentes na esfera institucional.

Referências Bibliográficas

- ABREU, A. R. de P. *O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção*. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- AMATO NETO, J. Reestruturação industrial, terceirização e redes de subcontratação. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, nº 2, mar.-abr. 1995, p.33-42.
- ARRUDA, M. Globalização e sociedade civil – repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo: UNISINOS, v. 32, nº 96 (Série Cooperativismo), 1997, p.5-41.
- BALTAR, P. E. de A. Abertura econômica e absorção de mão-de-obra no Brasil. In: CASTRO, N. A., DEDECCA, C.(orgs.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998, p.19-30.
- BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p.9-38.
- BRESCIANI, L. P. Flexibilidade e reestruturação: o trabalho na encruzilhada. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 11, nº 1, jan.-mar. 1997, p.88-97.
- CAMARGO, J. M. Flexibilidade e produtividade do mercado de trabalho brasileiro. In: ----- (org.). *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.11-45.
- CARLEIAL, L., BAL, M. M. Produção subcontratada e distribuição ‘franqueada’: dois pesos e duas medidas na flexibilidade da Benetton no Brasil. XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, dez. 1999, Belém, ANPEC. *Anais...*, v. 2, p.739-762.
- CASTRO, E. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho. *Revista ANPEC*, Brasília, nº 4, fev. 1998, p.133-159.
- CASTRO, N. A. Reestruturação produtiva, novas institucionalidades e negociação da flexibilidade. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 11, nº 1, jan.-mar. 1997, p.3-8.

- CASTRO, N. A., DEDECCA, C. S. Flexibilidade e precarização: tempos mais duros. In: ---- (orgs.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998, p.9-18.
- COOTRAM: Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos. *Cadernos da Oficina Social*, Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, ano 1, nº 2, dez. 1999, p.25-32.
- COUTINHO, L. A terceira revolução industrial e tecnológica. *Economia e Sociedade*, Campinas: IE-UNICAMP, nº 1, ago. 1992, p.69-87.
- DESÓRDI, S. A. Cooperativismo de trabalho. *Cadernos CEDOPE*, São Leopoldo: UNISINOS, ano 8, nº 14, 1996, p.5-11.
- ENGELS, F. *Socialisme utopique et socialisme scientifique*. Moscou: Editions du Progrès, 1974.
- . *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.
- FURTADO, C., ALVES, U. Cooperativa garante registro na Justiça. *Gazeta Mercantil*, 13/11/2000, p.A-12.
- GLYN, A. A social-democracia e o pleno emprego. *Política Externa*, São Paulo, v. 4, nº 2, set. 1995, p.54-79.
- et al. The rise and fall of the golden age. In: MARGLIN, S., SCHOR, J. B. (eds.). *The golden age of capitalism. Reinterpreting the postwar experience*. Oxford: Clarendon Press, 1990, p.39-125.
- HARPER, M. *Uma cooperativa de trabalhadores: promoção e gestão*. São Leopoldo: CEDOPE/UNISINOS, 1988.
- HOBSBAWM, E. *Mundos do trabalho*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KAPLINSKY, R. *Micro-electronics and employment revisited*. Geneva, International Labour Office, 1987.
- KAPSTEIN, E. B. Workers and the world economy. *Foreign Affairs*, v. 75, nº 3, May/June 1996, p.16-37.
- KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG/CIEDLA. *Mercados laborales en los '90: cinco ejemplos de América Latina*. Buenos Aires, 1997.
- KUMON, R. *History of the Rochdale cooperative*. Austin: University of Texas, 1999 (<http://uts.cc.utexas.edu/~laurel/cooproots/history.html>).
- LEBORGNE, D., LIPIETZ, A. Deux stratégies sociales dans la production des nouveaux espaces économiques. *CEPREMAP*, Paris, nº 8911, Mars 1988.
- LEITE, E. M. Reestruturação Industrial, cadeias produtivas e qualificação. In: CARLEIAL, L., VALLE, R. (orgs.). *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: HUCUTEC-ABET, 1997, p.140-166.
- LIPIETZ, A. Les rapports capital-travail à l'aube du XXI^e siècle. *CEPREMAP*, Paris, nº 9016, Jan. 1990.
- LIMA, J. C. Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. In: CASTRO, N. A., DEDECCA, C. S. (orgs.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998, p.211-229.
- LINS, H. N. O mundo do trabalho em debate. *Plural*, v. 3, nº 4, jan.-jul. 1993, p.13-22.
- . *Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000a.
- . Aprendizagem e inovação numa área confeccionista do sul do Brasil. XXI SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, nov. 2000b, São Paulo, USP/PGT. *Anais...* (CD ROM)

- MANTOUX, P. *La revolución industrial en el siglo XVIII*. Madrid: Aguilar, 1962.
- MATTOSO, J., BALTAR, P. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 18, nº 1, 1997, p.13-40.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Cadastro das cooperativas catarinenses*. 10ª ed. Florianópolis: Elbert Indústria Gráfica Ltda, 2000.
- OLIVEIRA, C. A. B. de, MATTOSO, Jorge E. L. (orgs.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?*. 2ª ed. São Paulo: Scritta, 1997.
- PEDRINI, D. M. Associativismo econômico: apenas uma resposta dos setores populares à crise do capital ou mais que isto?. In: THEIS, I. M., MATTEDI, M. A., TOMIO, F. R. de L. (orgs.). *Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente*. Blumenau, EDIFURB, 2000, p.81-105.
- PERIUS, V. (org.). *Cooperativas de trabalho: manual de organização*. 2ª ed. São Leopoldo: UNISINOS, Edição especial de “Perspectiva Econômica”, série Cooperativismo, nº 41, 1999.
- PICCININI, V. C. O trabalho flexível na indústria calçadista. In: CASTRO, N. A., DEDECCA, C. S. (orgs.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998, p. 89-210.
- PINTO, L. C. Cooperativas deixam 2,5 mi sem direitos. *Folha de S. Paulo*, 18/01/98, p.1-12.
- , Setor de calçados cearense tem 3.500 cooperativados. *Folha de S. Paulo*, 18/01/98, p.1-13.
- PRAHALAD, C. K., HAMEL, G. The core competence of the corporation. *Harvard Business Review*, v. 68, nº 3, May-June 1990, p.79-91.
- RAMALHO, J. R. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In: ANTUNES, R. (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p.85-113.
- RIFKIN, J. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- ROOBEEK, A. J. M. The crisis in Fordism and the rise of a new technological paradigm. *Futures*, Apr. 1987, p.129-154.
- RUAS, R. Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição. In: ABREU, Alice R. de P., SORJ, Bila (orgs.). *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993, p.25-41.
- SAYER, A. Postfordism in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 13, nº 4, 1989, p.666-695.
- SCHNEIDER, J. O. Cooperativas de produção ou de trabalho: sua viabilidade no Brasil. *Cadernos CEDOPE*, São Leopoldo: UNISINOS, Série Cooperativismo, nº II-6, 1991.
- , VICENTE, X. H. V. A reestruturação produtiva e as cooperativas de trabalho. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo: UNISINOS, v. 31, nº 94 (Série Cooperativismo), 1996, p.39-58.
- SINGER, P. Economia solidária contra o desemprego. *Folha de S. Paulo*, 11/7/1996a, p. 1-3.
- , O PT que diz sim e não. *Folha de S. Paulo*, 18/8/1996b, p.1-3.
- , Autogestão contra o desemprego. *Folha de S. Paulo*, 22/6/1997, p.2-2.
- , A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, M. R., CARVALHO NETO, A.

- (orgs.). *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999a, p.31-45.
- , *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- TESCH, W. *Cooperativismo de trabalho – alternativa ao desemprego*. São Paulo: CAT/IPROS (Estudos e Pesquisas IPROS, nº 2), dez. 1995.
- , O panorama do cooperativismo de trabalho. *Cadernos CEDOPE*, São Leopoldo: UNISINOS, Ano 8, nº 14, 1996, p.12-13.
- TOINET, M.-F. Emplois “flexibles”, société en miettes. *Manière de Voir*, Paris: Le Monde Diplomatique, nº 31, Août 1996, p.58-60.
- VAINER, C. Controle político dos miseráveis ou utopia experimental?. *Unitrabalho informa*, São Paulo: Rede Unitrabalho, Ano 3, nº 10, jan. 2000, p.10-11.
- VENKATESAN, R. Strategic sourcing: to make or not to make. *Harvard Business Review*, v. 70, nº 6, Nov.-Dec. 1992, p.98-107.
- WILLIAMS, K. et al. The end of mass production?. *Economy and Society*, v. 16, nº 3, Aug. 1987, p.405-439.